

Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Mensagem Nº 025/2016

Processo: 0195/2016

Anteprojeto de Lei: 025/2016

Decreto: _____ Resolução: _____

Súmula: "Altera o art. 2º, da Lei nº 1538 de 10 de setembro de 2015, que altera a destinação da área pública destinada a Lazer para Bem de Uso Dominial para fins de Uso Dominial e aliena bem imóvel no Balneário Porto Fino".

Iniciativa do: Poder Executivo

Apresentado em: 07/09/2016

COMISSÕES TÉCNICAS

LEGISLAÇÃO J.R. _____

DATA: ____/____/____

FINANÇAS O.F. _____

DATA: ____/____/____

URBANISMO I.M. _____

DATA: ____/____/____

EDUC. C.S.A.T.M.A. _____

DATA: ____/____/____

OBS.: _____

ENCAMINHADA E LIDA NA SESSÃO DO DIA ____/____/____

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A EMENDA EM ____/____/____ _____

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA ____/____/____ _____

EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM ____/____/____ _____



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 1594 DE 17 DE MARÇO DE 2016.

Súmula: "Altera o art. 2º, da Lei nº 1538 de 10 de setembro de 2015, que altera a destinação da área pública destinada a Lazer para Bem de Uso Dominial para fins de Uso Dominial e aliena bem imóvel no Balneário Porto Fino".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Altera o art. 2º, da Lei nº 1538/15, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 114, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a alienar o bem imóvel citado acima, o qual compõem o patrimônio municipal, para que os recursos angariados com a alienação do bem imóvel de que trata essa Lei, sejam destinados a investimentos em melhorias do sistema viário do Município de Pontal do Paraná."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Paraná, 17 de março de 2016.




EDGAR ROSSI

Prefeito Municipal



RENAN DE OLIVEIRA SANTOS
Procurador Geral



LUIZ CARLOS KREZINSKI
Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiário



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Estado do Paraná

PROJETO DE LEI N.º 023/16

Súmula: “Altera o art. 2º, da Lei nº 1538 de 10 de setembro de 2015, que altera a destinação da área pública destinada a Lazer para Bem de Uso Dominial para fins de Uso Dominial e aliena bem imóvel no Balneário Porto Fino”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2016, APROVOU E EU PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS PROMULGO O SEGUINTE PROJETO DE LEI.

Art. 1º - Altera o art. 2º, da Lei nº 1538/15, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 114, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a alienar o bem imóvel citado acima, o qual compõem o patrimônio municipal, para que os recursos angariados com a alienação do bem imóvel de que trata essa Lei, sejam destinados a investimentos em melhorias do sistema viário do Município de Pontal do Paraná.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Professor Getúlio Serafim da Nascimento, em 16 de março de 2016.

OSEIAS LEAL

Presidente



Processo nº. 0195/2016.
Mensagem nº. 025/2015.
Anteprojeto de Lei 025/2016.
Autor: Poder Executivo.

Sumula: "Altera o art.2º, da Lei nº 1538 de 10 de setembro de 2015, que altera a destinação da área pública destinada a Lazer para Bem de Uso Dominial para fins de Uso Dominial e aliena bem imóvel no Balneário Porto Fino".

I - Relatório:

O Prefeito Municipal propõe o projeto de lei alterando o art. 2º, da Lei nº 1438 de 10 de setembro de 2015, onde altera a destinação da área pública destinada a Lazer para Bem de Uso Dominial para fins de Uso Dominial e aliena bem imóvel no balneário Porto Fino, se faz necessária para que os recursos angariados com a alienação do bem sejam utilizados única e exclusivamente para investimentos em melhoria de sistema viário do Município de Pontal do Paraná.

II – Análise.

Pela Constituição Federal, e pela Lei Orgânica e Regimento Interno, o Poder Executivo tem competência para propor o anteprojeto de lei.

No tocante à iniciativa, há respaldo legal ao Poder Executivo propor o presente anteprojeto.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela tramitação do anteprojeto de lei, pois o Poder Executivo apresentou as certidões exigidas por lei.

No mérito também deve ser apreciado de acordo com a convicção de cada parlamentar.

Por isso, voto pela sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08 de março de 2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

José Juvanele Pereira
Relator

Resultado da Votação do Relatório do Relator.

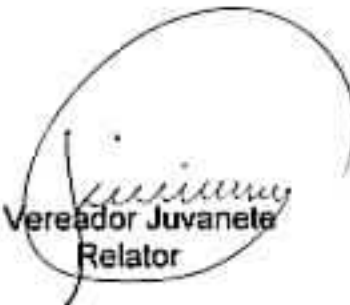
Parecer da Comissão ao Anteprojeto de lei 025/2016.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, em reunião no dia 08 de março do corrente ano, opinou pelo prosseguimento do Anteprojeto de Lei em questão.

Estiveram presentes os Senhores vereador Dr. Valdevino Simões, e Juvanele e a Vereadora Nega.

Sala das Comissões, 08 de março de 2016.

Dr. Valdevino Simões
Presidente


Vereador Juvanele
Relator

Vereadora Nega
Membro



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº. 053/2016 - GAB

Pontal do Paraná, 07 de março de 2016.

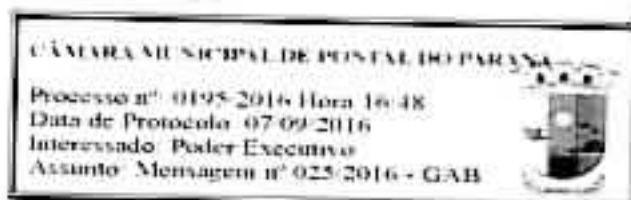
Assunto: Encaminha Mensagem n.º 025/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme preceitua o Artigo 67 inciso III da Lei Orgânica do Município, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada a **Mensagem nº 025/2016**, acompanhada do Projeto de Lei que **"Altera o art. 2º, da Lei nº 1538 de 10 de setembro de 2015, que altera a destinação da área pública destinada a Lazer para Bem de Uso Dominial para fins de Uso Dominial e aliena bem imóvel no Balneário Porto Fino"**.

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinguida consideração.


EDGAR ROSSI
PREFEITO



Excelentíssimo Senhor
OSÉIAS LEAL
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 025/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Altera o art. 2º, da Lei nº 1538 de 10 de setembro de 2015, que altera a destinação da área pública destinada a Lazer para Bem de Uso Dominial para fins de Uso Dominial e aliena bem imóvel no Balneário Porto Fino"**.

Tal emenda se faz necessária para que os recursos angariados com a alienação do bem sejam utilizados única e exclusivamente para investimentos em melhoria do sistema viário do Município de Pontal do Paraná.

Diante do exposto e certos da importância do projeto de lei, solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa e, na oportunidade, reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

EDGAR ROSSI
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI

Súmula: "Altera o art. 2º, da Lei nº 1538 de 10 de setembro de 2015, que altera a destinação da área pública destinada a Lazer para Bem de Uso Dominial para fins de Uso Dominial e aliena bem imóvel no Balneário Porto Fino".

Art. 1º - Altera o art. 2º, da Lei nº 1538/15, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 114, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a alienar o bem imóvel citado acima, o qual compõem o patrimônio municipal, para que os recursos angariados com a alienação do bem imóvel de que trata essa Lei, sejam destinados a investimentos em melhorias do sistema viário do Município de Pontal do Paraná."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Paraná, 07 de março de 2016.


EDGAR ROSSI
Prefeito Municipal


RENAN DE OLIVEIRA SANTOS
Procurador Geral


LUIZ CARLOS KREZINSKI
Secretário Municipal de Habitação
e Assuntos Fundiário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1538 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

Súmula: "Altera a destinação da área pública destinada a Lazer para Bem de Uso Dominial para fins de Uso Dominial e aliena bem imóvel no Balneário Porto Fino".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica alterada a destinação da área pública destinada a Lazer para fins de Uso Dominial – Balneário Porto Fino. A referida área tem as seguintes coordenadas:

- Área destinada a Lazer, da planta "Balneário Porto Fino", situado no Município de Pontal do Paraná, medindo 105,00 metros de frente para o lado ímpar das rua Alexandria, tendo 60,00 metros de extensão da frente aos fundos, em ambos os lados; confrontando pela lateral direita, de quem da rua olha o imóvel, com a quadra nº 18, pela lateral esquerda com a quadra nº 17; tendo 105,00 metros de largo na linha de fundos, onde confronta com a rua projetada; de formato regular, perfazendo a área total de 6.300,00 m². Distanto 25,50 metros da esquina com a Rua Antuérpia. Inscrição Imobiliária nº 02.04.095.0330.001.01.01. Matrícula nº 26.227.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 114, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a alienar o bem imóvel citado acima, o qual compõem o patrimônio municipal, para que o recurso seja empregado no orçamento municipal para despesas de capital.

Parágrafo Único: VETADO

Art. 3º - Ao bem público imóvel objeto desta Lei, é atribuído o valor de R\$ 1.260.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil reais) com base no Laudo de Avaliação, parte integrante e inseparável desta Lei.

Art. 4º - A alienação do bem de que trata o artigo anterior será efetuada na forma de licitação modalidade de Concorrência Pública, nos termos dos artigos 17, inciso I, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º - Por força da presente Lei, fica autorizado a baixa e consequente despatrimoniação deste bem público imóvel, junto ao Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Art. 6º - As despesas oriundas da respectiva transcrição da escritura pública de doação, correrão à conta da donatária.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 10 de setembro de 2015.



RENAN DE OLIVEIRA SANTOS
Procurador Geral



EDGAR ROSSI
Prefeito Municipal



LUIZ CARLOS KREZINSKI
Secretário Municipal de Habitação
e Assuntos Fundiário